

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**AQUISIÇÃO DE ARMADILHAS OVITAMPAS E CORRELATOS PARA A
VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

Reserva, 12 de maio de 2026

1. INTRODUÇÃO.

- 1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), enquanto elemento essencial ao planejamento governamental, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, auxilia na elaboração do competente Termo de Referência (TR) e dos demais documentos integrantes do processo de aquisição;
- 1.2. Vê-se, assim, que as finalidades do ETP estão dirigidas, dentre outras, a analisar a viabilidade técnica da almejada contratação, bem assim avaliar todos os aspectos necessários e suficientes para a contratação;
- 1.3. O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no pedido de abertura de licitação, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

2. NECESSIDADE.

- 2.1. O presente estudo visa analisar e apresentar a melhor alternativa para o atendimento das demandas apresentadas pelas Secretarias Municipais do Município de Reserva, em condições, descrições, quantidades e resultados descritos nesse ETP e no Termo de Referência, observado o disposto na Lei nº. 14.133/2021 e demais legislações correlatas;
- 2.2. Esse processo se faz necessário, pois a Dispensa Eletrônica nº 22/2026 os itens presentes nessa licitação não obtiveram vencedores.
- 2.3. A contratação de pessoa jurídica para aquisição de armadilhas do tipo ovitrampas, placas de eucatex, nichos, estojos se faz necessária para atender às demandas da Vigilância Sanitária no desenvolvimento de ações distintas e essenciais à saúde pública.
- 2.4. As ovitrampas, juntamente com as placas de eucatex, nichos e estojos, são utilizadas nas atividades das Agentes de Combate à Endemias, sendo fundamentais para o monitoramento e controle de vetores, especialmente do mosquito *Aedes aegypti*, possibilitando a detecção precoce e o acompanhamento da infestação, o que subsidia a adoção de medidas preventivas e corretivas de forma oportuna.

- 2.5. Dessa forma, a aquisição dos referidos materiais contribui para o fortalecimento das ações de vigilância em saúde, tanto no controle de vetores quanto no monitoramento da qualidade da água, garantindo suporte técnico adequado para a execução das atividades e para a tomada de decisões baseadas em dados confiáveis.

Foram realizados os levantamentos das necessidades e a busca por soluções que melhor atenderiam as Secretarias, primando pela segurança, praticidade, resistência devido às condições climáticas, naturais, baixa manutenção, economia e durabilidade.

3. SOLUÇÃO.

- 3.1. Diante da necessidade existente, é possível encontrar 1 (um) solução, é a que melhor atende às necessidades deste Município, sob os aspectos legais, técnicos, econômicos e ambientais em relação aos produtos a serem adquiridos;
- 3.2. As alternativas para a execução da prestação de serviço público é:
- a) Contratação de pessoa jurídica para aquisição de armadilhas ovitrampas e correlatos para a vigilância sanitária;
- 3.3. **AS CONTRATADAS** deverão apresentar suas propostas com base nas suas estimativas de custo para o fornecimento;
- 3.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis dentro do prazo de um ano.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES.

- 4.1. As quantidades solicitadas dos serviços são para o atendimento de todas as demandas já apresentadas;
- 4.2. Para a estimativa foram levados em consideração:
- a) O levantamento das quantidades;
- b) O levantamento das opções;
- c) O recurso de transferência especial; e
- d) A disponibilidade orçamentária.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO.

- 5.1. Os bens demandados são considerados comuns e encontrados no mercado nacional, portanto, há um grande número de fornecedores aptos a fornecê-los;
- 5.2. Posteriormente serão buscados os valores praticados no mercado através de contratações similares no site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

- 6.1. Para a posterior pesquisa de preços as descrições deverão ser analisadas no sentido de saber se o objeto adquirido na referida compra possuirá a similitude necessária com o objeto pretendido;

ITEM	U. R	QTDE	Descrição
1	UNID	160	ARMADILHA OVITRAMPA – KIT ARMADILHA 01 VASO PLÁSTICO BOCA LARGA, NA COR PRETA, COM CAPACIDADE PARA 750ML, JÁ COM FURO LATERAL NA ALTURA DE 300ML E COM ETIQUETA ADESIVA EM VINIL (À PROVA D'ÁGUA), CONTENDO A LOGO, CÓDIGO DO IBGE E O NOME DO MUNICÍPIO, ALÉM DO NÚMERO DA ARMADILHA E UM AVISO DE ADVERTÊNCIA PARA NÃO REMOÇÃO DA ARMADILHA; 01 PALHETA DE “TIPO EUCATEX” 13X3CM JÁ LAVADA, SECA E COM RÓTULO PARA INSERÇÃO DAS INFORMAÇÕES CORRESPONDENTES A ARMADILHA; 01 CLIPS DE METAL Nº8.
2	UND	2000	PALHETA DE “TIPO EUCATEX” 13X3CM PARA OVITRAMPA – PALHETA LAVADA, SECA E COM RÓTULO PARA INSERÇÃO DAS INFORMAÇÕES CORRESPONDENTES A ARMADILHA (PRONTA PARA SER UTILIZADA EM CAMPO).
3	UND	10	ESTOJO DE ACRÍLICO PARA 20 PALHETAS DE OVITRAMPA.
4	UND	4	NICHO PARA AUXÍLIO DA CONTAGEM DE OVOS DE MOSQUITOS NA PALHETA DE OVITRAMPA

- 6.2. As contratações serão realizadas individualmente por **ITEM**, por se tratar de itens com funcionalidades autônomas, cujas especificidades técnicas permitem que diferentes fornecedores possam atender de forma independente, sem comprometer a eficiência ou a integração do conjunto. Essa abordagem favorece a ampliação da competitividade, possibilita maior economia de recursos públicos e proporciona mais flexibilidade na aquisição, além de permitir o melhor aproveitamento de fornecedores especializados por item.

7. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

- 7.1. **A CONTRATADA** obriga-se a responder pela qualidade e integridade bens ofertados;
- 7.2. **A CONTRATADA** vencedora deverá atender a toda a legislação afeta à área e normas técnicas em vigor correspondente à utilização, transporte e

acondicionamento dos produtos e embalagens, expedidas pelos órgãos e agências reguladoras competentes;

- 7.3. **A CONTRATADA** deve comunicar a Administração, no prazo máximo de **48h (quarenta e oito horas)** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.4. Serão de exclusiva responsabilidade da contratada:
- a) O fornecimento do quantitativo total da Nota de Empenho;
 - b) O custo de todas as despesas decorrentes do carregamento, transporte e descarregamento na Secretaria Municipal de Saúde e o deslocamento de pessoal incumbido na realização dos serviços;
 - c) A manutenção, durante toda a execução do contrato, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas;
- 7.5. **A CONTRATADA** é responsável pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/1990);
- 7.5.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de a adjudicada, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover às expensas, no prazo máximo de **5 (cinco) dias**, os bens que apresentarem alguma avaria, deteriorações, defeitos de fabricação ou má qualidade (no que couber),;
- 7.6. **A CONTRATADA** não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 7.7. **A CONTRATADA** não poderá utilizar de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 7.8. **A CONTRATADA** deve aceitar que os quantitativos poderão ser acrescidos ou suprimidos em até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, conforme o artigo 125 da Lei 14.133/2021;
- 7.9. **A CONTRATADA** é responsável pela garantia dos serviços ofertados (observando os prazos fixados no Código de Defesa do Consumidor);

- 7.10. A Secretaria rejeitará no todo ou em parte, o fornecimento em desacordo com as condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência;
- 7.11. Não poderão disputar a licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente no edital de licitação;
- 7.12. **A CONTRATADA** deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução do objeto, previstas na IN nº. 01, de 19/01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (no que couber);
- 7.13. Quanto a entrega dos materiais deve ser realizada no seguinte endereço: Departamento de Vigilância Sanitária – Rua Polônia, nº 882 – Centro – Reserva/Pr,

8. FORNECIMENTO E ACEITAÇÃO.

- 8.1. As aquisições dos materiais serão realizadas somente após a emissão de Nota de Empenho e envio da Ordem de Fornecimento;
- 8.2. A entrega dos bens deverá ser realizada de 2ª à 6ª feira, das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde;
- 8.3. **A CONTRATADA** obriga-se a responder pela qualidade e integridade do serviço;
- 8.4. **A CONTRATADA** vencedora deverá atender a toda legislação afeta à área e normas técnicas em vigor correspondentes à utilização, transporte e acondicionamento dos produtos e embalagens, expedidas pelos órgãos e agências reguladoras competentes;
- 8.5. **A CONTRATADA** obrigar-se-á efetuar a entrega dos produtos, no prazo máximo de **30(trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento, sendo considerado inadimplemento a realização dos serviços de outra forma, ensejando, conseqüentemente, a convocação da segunda colocada, ensejando ainda as penalidades cabíveis;

- 8.5.1. O prazo a que se refere o subitem anterior poderá ser prorrogado, a critério da Administração, desde que requerido pela adjudicada por escrito, em 48 (quarenta e oito) horas antes do seu termo final e desde que ocorra motivo justificado;
- 8.5.2. A não observância destas condições implicará em inaceitação, sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte do fornecedor inadimplente, isentando as Secretarias Municipais de qualquer indenização.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO.

- 9.1. A presente contratação deverá ser realizada por **ITEM**, considerando a viabilidade da divisão por item, pois dessa forma amplia a competitividade, permitindo que mais fornecedores participem do processo, especialmente aqueles especializados em itens específicos, pois conforme já demonstrado anteriormente é o formato economicamente mais viável e que tem os melhores resultados para as especificidades das.
- 9.2. A alternativa não apresenta nenhum entrave à concorrência ou à participação das empresas.

10. JUSTIFICATIVA DE BUSCA DE PREÇO

- 10.1. Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado e se tratando de serviços, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.
- 10.2. Ao se tratar de cotações direta com os fornecedores, os mesmos orçamentos são direcionados e endereçados direto para o município, para garantir a transparência e garantindo um ambiente de igualdade de condições para todas as empresas participante impedindo interferências externas ou quaisquer favorecimentos.
- 10.3. Foram realizadas pesquisas de preços no site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para compor nossa pesquisa de preços.

11. JUSTIFICATIVA ESCOLHA DE FORNECEDORES

- 11.1. Conforme estabelecido na Lei de Licitações nº 14.133/2021, a busca por no mínimo três cotações de preços é uma prática que visa promover a

competitividade e a obtenção do melhor preço para a Administração Pública. Essa exigência está alinhada com os princípios da eficiência, da economicidade e da busca pela melhor relação custo-benefício.

11.2. Justifica-se a variedade de orçamentos buscados com diferentes fornecedores, que tem por objetivo impedir o fracasso do certame.

11.3. Além disso, ao solicitar múltiplas cotações, a Administração Pública demonstra sua preocupação com a transparência e a lisura do processo licitatório, assegurando que a escolha do fornecedor seja feita de forma justa e imparcial, de acordo com critérios objetivos estabelecidos no edital.

Portanto, a busca por no mínimo três cotações de preços é uma medida que contribui para a eficiência e a economicidade na contratação de bens e serviços pela Administração Pública, garantindo assim o melhor aproveitamento dos recursos públicos em benefício da sociedade.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

12.1. Momentaneamente, não será necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para o fornecimento dos matérias.

13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS.

13.1. As Secretarias almejam com este serviço, dentre outros benefícios:

- a) O atendimento das demandas geradas, fortalecendo as ações da Secretaria solicitante;
- b) Garantir o bom andamento das atividades desenvolvidas, sempre embasados nos princípios da economicidade, eficácia, eficiência e sustentabilidade, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados pela Secretaria de Saúde;
- c) Adquirir o total dos itens demandados, visando diminuir o risco de termos tais atividades paralisadas;
- d) Otimizar a força de trabalho que possuímos tanto na gestão quanto nos atendimentos;
- e) Atender a todos os preceitos legais vigentes;

- f) Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte de empresa que possa gerar desgaste ou custos para as Secretarias Municipais e o Município de Reserva.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS.

- 14.1. A contratação é a própria providência adotada diante das demandas apresentadas;

Desta forma, entendemos que não haverá necessidade de outro tipo de adequação ou providência a ser tomada, também levando em consideração que o órgão oferece ambiente propício ao fornecimento proposto;

- 14.2. Os indicados ao acompanhamento e fiscalização dos respectivos serviços deverão adequar seus conhecimentos para a correta verificação e análise do que está sendo fornecido, e deverão realizar o mapeamento dos riscos durante a gestão, indicando possíveis melhorias para as futuras contratações.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.

- 15.1. A contratação alinha-se às finalidades do órgão e é viável do ponto de vista ambiental, econômico estratégico, conforme demonstra este estudo.

16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

- 16.1. As empresas adjudicadas deverão adotar práticas de sustentabilidade no fornecimento dos serviços, previstas na Instrução Normativa nº. 01, de 19/01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (no que couber);
- 16.2. Os fornecedores também deverão atentar para o que determina o Decreto Presidencial nº. 7.746 de 05/06/2012, em seu artigo 4º, no que couber;
- 16.3. Para os itens aplicáveis, será exigida a apresentação de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, II, da Lei nº. 6.938/1981, artigo 4º da Lei nº. 6.894/1980 e da IN nº. 31/2009 do IBAMA;

16.4. **AS CONTRATADAS** devem procurar os órgãos competentes para obter informações quanto a esta exigência legal.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE.

17.1. Os estudos preliminares evidenciam que os serviços pretendidos, visando contratar uma pessoa jurídica para aquisição de armadilhas ovitrampas e correlatos para a vigilância sanitária, mostram-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária;

17.2. Diante do exposto, declaramos ser viável a aquisição do ponto de vista técnico e gerencial, sendo necessária análise de viabilidade econômico-financeira e jurídica pelas autoridades competentes, para que ela possa tomar ciência do ato e as providências cabíveis.

18. RESPONSÁVEIS.

Olinda Fernandes da Cruz
Fiscal de Contrato
Matrícula nº 91685

Ana Carolini Monteiro
Assessora Departamento de Saúde
Portaria 4949/2025